



## **ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO, IPREM-POSSE GESTÃO 2016 – 2019.**

Aos Vinte e três dias do mês de Maio de 2016 às 14:00 horas, iniciasse a reunião do Conselho Administrativo, IPREM –POSSE, contando com os seguintes presentes na sala de reunião, Rua Aurélio Sia,73 Jd. Luciana. A Sr.<sup>a</sup> Aparecida Gino; Representantes dos Servidores Ativos do Poder Executivo, Sr. Marco Antonio Franco da Silva, o Sr. Allan Romio(faltou), Elaine Cristina Pires de Campos e Conceição Aparecida Inacio(faltou), Representantes dos Servidores Ativos do Poder Legislativo Sra. Silvana Alves de Souza Lopes e Cleber de Jesus Mendes. Representante dos Servidores Inativos Sra. Vera Darci Lala Teixeira. A Sr.<sup>a</sup> Aparecida Gino abriu a reunião cumprimentando a todos.

### **ASSUNTOS GERAIS:**

#### **1.CURSOS:**

**O Instituto fechou contrato com a empresa Credito e Mercado para curso de CPA10, no valor de R\$ 2.205,00(dois mil duzentos e cinco reais), nota fiscal nº 1046, com os alunos :**

- Marlene Maria Vieira Bassani**
- Jane Jaqueline Moreira Rossetto**
- Edgar Roberto de Lima**
- Allan Romio de França**
- Cleber de Jesus Mendes**
- Silvana Alves de Souza Lopes**
- Marco Antonio Franco da Silva**

**2.REPASSE: Prefeitura Municipal;Câmara e Saaep .TOTAL R\$.398.780,20**

**3. Extrato das aplicações em ABRIL/2016:** saldo do Instituto é de **R\$ 34.622.877,22** (trinta e quatro milhões seiscentos e vinte e dois mil oitocentos e setenta e sete reais e vinte e dois centavos ). Os **ganhos com juros** das aplicações financeiras no mês de abril foram de **R\$ 229.270,36** (duzentos e vinte e nove mil duzentos e setenta reais e trinta e seis centavos) .

Retorno acumulados no ano 2016:

-Janeiro= 447.165,88

-Fevereiro=204.123,84



-Março= 347.950,22

-Abril= 229.270,36

Total acumulado = 1.228.510,30

#### **4. Laminas dos fundos de Investimentos.**

-CAIXA FI BRASIL IRFM-1 TITULOS PUBLICOS RF

-BB PREVIDÊNCIARIO RENDA FIXA IDKA 2 TITULOS PÚBLICOS

-BB PREVIDENCIARIO REANDA FIXA IRFM-1 TITULOS PÚBLICOS

-ITAÚ SOBERANO RENDA FIXA IRFM 1 FI

#### **5-SUGESTÃO=Nova sugestão de alocação para os RPPS**

Com a inflação dos últimos meses um pouco mais amena que o esperado, foi criado um consenso no mercado financeiro, aparentemente já precificado de que, após quase quatro anos, a taxa Selic, hoje em 14,25% ao ano, pode iniciar a trajetória de queda. A dúvida é quando e com qual velocidade a taxa será cortada. Em pronunciamento recente, o novo presidente do BC, que ainda deverá ser sabatinado pelo Senado, disse que “já se observa queda da inflação presente e as coletas de preços de curtíssimo prazo indicam continuidade do processo num futuro próximo. A pior recessão da história e a conseqüente queda forte das vendas, tirou a capacidade de reajuste de preços da economia. Assim, em algum momento, o BC deverá reduzir os juros, ratificando essa trajetória de queda da inflação, provavelmente ainda este ano. Mas não é o caso de reduzir imediatamente os juros, com o risco de sancionar otimismo exagerado no mercado. Importante garantir antes a desinflação”.

Consideradas a atual taxa Selic e um IPCA de 7% neste ano, conforme o último Relatório Focus, o Brasil é um dos maiores pagadores de juros reais do planeta. Descontada a inflação, ele supera os 6,7% ao ano. Mesmo com a expressiva queda das taxas prefixadas e pós-fixadas, ocorridas a partir do mês de março último, ainda há um espaço gigantesco de queda para que nos aproximemos, no médio prazo, das taxas praticadas internacionalmente. Readquirida a estabilidade econômica e a retomada dos bons fundamentos, esse é um caminho inexorável.

Muito embora ainda tenhamos que aguardar o desenrolar dos fatos, já nos permitimos realinhar as expectativas para um cenário otimista. Dessa forma, nos sentimos confortáveis em sugerir o alongamento das aplicações em renda fixa, conforme o discriminado a seguir. Importante destacar que o alongamento



das posições deve ser feito de forma paulatina, visando aproveitar as movimentações do mercado, que ainda poderá apresentar certa volatilidade.

Assim, em relação ao total das aplicações, recomendamos uma exposição de 35% aos vértices mais longos, representado pelo IMA-B Total (cuja composição historicamente equivale a 35% do IMA-B 5 e 65% do IMA-B 5+), 30% para os vértices médios (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDkA 2A) e 10% para o vértice mais curto, representado pelo IRF-M 1, e mesmo pelo CDI, face a constituir uma reserva estratégica de liquidez e proteção da carteira.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDIC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de risco, que possibilitam uma remuneração que supera as metas atuariais.

Quanto à renda variável, recomendamos uma exposição de no máximo 25%, já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%). Para os 10% direcionados para o mercado de ações, sugerimos a mesma estratégia de entrada paulatina, já que o cenário esperado é o mesmo que prevalece no alongamento das posições em renda fixa.

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

“PAR INVESTIMENTOS”

## 6) APROVAÇÃO DAS APLICAÇÕES:

**Em reunião com Comitê de Investimentos (23/05/2016); as 10:00 horas, aprovado aplicar nos seguintes papéis, conforme quadro abaixo:**

Repasse mês base <b>Abril/2016</b> – Data do depósito: 20/05/2016, Valor R\$371.168,13, Pagamento Prefeitura, SAAEP, R\$5.172,68, depositado em 20/05/2016, Câmara valor de R\$ 22.439,39, depositado em 29/04/2016. <b>DESPESAS DIVERSAS, EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS + FOLHA DE PAGAMENTO + CONVÊNIO ODONTOLÓGICO, AVASTADOS. SALDO LIVRE PARA APLICAÇÃO R\$60.000,00.</b>			
Fundo	CNPJ	Aplicação	Resolução
Caixa Econômica Federal: CAIXA FI BRASIL IRF M1 TP RF LP	10.740.670/0001-06		Art.7º, inc., I alínea a e b.
Bradesco IRFM1 Títulos Públicos	11.484.558/0001-06		Art.7º, inciso I alínea a e b.



Itaú Soberano IRFM1 Títulos Públicos	08.703.063/0001-16		Art.7º, inciso I, alínea a e b.
Banco do Brasil IDK2 Títulos Públicos	13.322.205/0001-35	60.000,00	Art.7º, inciso I, alínea a e b.
Banco Cooperativo SICREI IRF M1	19.196.599/0001-09		Art.7º, inciso I, alínea a e b
<b>TOTAL</b>		<b>60.000,00</b>	

<b>7-APLICAÇÕES APROVADAS PELO CONSELHO ADMINISTRATIVO:</b>			
Repasse mês base <b>ABRIL/2016 – R\$ 60.000,00.</b>			
<b>Fundo</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Aplicação</b>	<b>Resolução</b>
Caixa Econômica Federal: CAIXA FI BRASIL IRF M1 TP RF LP	10.740.670/0001-06		Art.7º, inc., I alínea a e b.
Bradesco IRFM1 Títulos Públicos	11.484.558/0001-06		Art.7º, inciso I alínea a e b.
Itaú Soberano IRFM1 Títulos Públicos	08.703.063/0001-16		Art.7º, inciso I, alínea a e b.
Banco do Brasil IDK2 Títulos Públicos	13.322.205/001-35	60.000,00	Art.7º, inciso I, alínea a e b.
Banco Cooperativo SICREI IRF M1	19.196.599/0001-09		Art.7º, inciso I, alínea a e b
<b>TOTAL</b>		<b>60.000,00</b>	

7-A- O repasse do mês de abril da Prefeitura Municipal foi de **R\$ 371.168,13** ,(20/05/2016) valor a menor. O Instituto enviará ofício ao poder executivo sobre a diferença solicitando qual é data prevista para pagamento da diferença **R\$ 207.439,83**.

#### 8. ECONOMIA :A nova equipe econômica

Com destacada atuação, tanto no segmento bancário privado, quanto na chefia do Banco Central do governo Lula, o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, goza de elevada reputação e credibilidade, nos mercados financeiros e de capitais do país e do exterior. Nas entrevistas que já concedeu, deixou clara a prioridade da contenção do crescimento das despesas públicas, principalmente com a Previdência Social, que tem de ser auto-sustentável. Declarou que, em um primeiro momento, não estão previstos e nem descartados aumentos de tributos para recompor a arrecadação federal e que os programas sociais serão mantidos, mas sofrerão avaliação forte e cuidadosa.

Como titular do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, foi



escolhido o Senador Romero Jucá, dono de vasta experiência política e profundo conhecedor do orçamento público.

Como secretário-executivo do Ministério da Fazenda foi escolhido Tarcísio Godoy, que já ocupou o mesmo cargo na gestão do ex-ministro Joaquim Levy, além de já ter exercido o cargo de Secretário do Tesouro Nacional. Para a presidência do Banco Central foi indicado Ilan Golfajn, economista-chefe do Banco Itaú Unibanco, que além de já ter sido Diretor de Política Econômica do BC, também trabalhou no Fundo Monetário Internacional – FMI. Marcelo Caetano, será o Secretário da Previdência, Carlos Hamilton de Araújo o de Política Econômica e Mansueto de Almeida, alto especialista em contas públicas, o de Acompanhamento Econômico. Na Secretaria do Tesouro Nacional e na Secretaria da Receita Federal permanecem Otávio Ladeira e Jorge Rachid, respectivamente.

Para a presidência do BNDES foi escolhida a economista Maria Silvia Bastos Marques, executiva bem sucedida que já presidiu a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN entre 1996 e 2002.

### **Nossa expectativa**

Não é exagero afirmarmos que, na prática, é o Congresso Nacional que assumiu o poder, através do Executivo. A base parlamentar do novo governo repousa, a princípio, em 367 votos na Câmara e 55 no Senado. A equipe econômica, cujo primeiro objetivo deverá ser o ajuste fiscal, é formada por técnicos experientes e de reconhecida reputação.

Uma importante alteração a ser destacada, diz respeito à autonomia do Banco Central, que não mais deverá ser utilizado para objetivos eleitorais. Poderá então recuperar a sua credibilidade, como autoridade monetária e restaurar a eficiência dos instrumentos que dispõe para o controle efetivo e eficiente da inflação.

Embora o rombo das contas públicas, ainda em fase de levantamento, possa chegar aos R\$ 200 bilhões, desta feita o seu equacionamento deverá ser centrado não apenas no aumento da arrecadação, até com o eventual aumento de impostos, mas também no verdadeiro corte de gastos, inclusive com a supressão de milhares de postos de trabalho comissionados, que atendiam os interesses do governo anterior.

Com a recuperação da confiança dos agentes econômicos, passa a existir uma real situação de inversão da deterioração dos fundamentos macroeconômicos, que nos permita ancorar as expectativas inflacionárias em direção à meta do CMN e a praticar uma política monetária bem menos restritiva.

Muito embora estejamos em um segundo ano de queda da atividade econômica, em que o fluxo da riqueza gerada será fortemente negativo, o estoque dela, formado nas últimas décadas, principalmente no setor agroindustrial, coloca o



Brasil numa invejável posição internacional. Apesar dos graves erros de política econômica, nos anos recentes, terem nos deixado em difícil situação, ainda contamos com um empresariado dinâmico e empreendedor.

Com o governo no rumo certo e com as reservas internacionais, ao redor de US\$ 375 bilhões, felizmente intocadas, passamos a ter real condição de recuperarmos inclusive o sonhado grau de investimento, concedido pelas agências internacionais de avaliação de risco de crédito e retirado por conta do crescimento expressivo da dívida pública e do ambiente político descontrolado. Com ele, poderíamos voltar a contar com o importante capital internacional para financiar a almejada retomada do crescimento econômico e da melhoria do bem-estar da população.

“Fonte PAR INVESTIMENTOS”

9-FUNDO LEME MULTISSETORIAL IPCA FIDC: São Paulo, 10 de maio de 2016  
Assunto: Parecer Técnico sobre os últimos acontecimentos no fundo Leme Multisetorial IPCA FIDC (CNPJ: 12.440.789/0001-80) Prezados, Preparamos o presente parecer com o intuito de elucidar os fatos quanto aos últimos acontecimentos no fundo Leme Multisetorial IPCA FIDC (“Fundo”) tendo em vista os recentes comunicados enviados pela antiga administradora do fundo, a Gradual C.C.T.V.M. S/A (“Gradual”). O comunicado enviado aos cotistas pela Gradual, datado de 6 de maio de 2016 menciona cronologicamente os últimos e principais acontecimentos em relação ao fundo. Nos parece, porém, que esses acontecimentos necessitam de esclarecimentos adicionais para o correto entendimento da situação real do fundo, conforme iremos pontuar abaixo, utilizando-se dos trechos do mesmo comunicado. “Em meados de 2015, o Santander Securities Services Brasil DTVM S/A (“Santander”) renunciou à custódia do fundo, restando todas as operações do fundo suspensas. ” Importante esclarecer que a Leme Investimentos Ltda. (“Leme”) e a Gradual comunicaram a renúncia do Santander como custodiante do fundo apenas na assembléia do dia 16 de dezembro de 2015, ou seja, quase oito meses após a formalização de renúncia por parte do Santander. Como agravante, resta o fato de que houve uma assembléia geral de cotistas em 22 de setembro de 2015 e nada foi falado sobre a renúncia do Santander. Tal fato está registrado na ata da assembléia geral de cotistas de 16 de dezembro de 2015 onde a pauta era exatamente sobre a aprovação da própria Gradual como nova custodiante do fundo. Par Engenharia Financeira Ltda. - CNPJ: 20.306.104/0007-36 Av. Nove de Julho, 5.569, 5º andar – São Paulo/SP – CEP 01407-200 Contato: (11) 3168.0053/ contato@parinvestimentos.com.br www.parinvestimentos.com.br p. 3 “Em 22 de setembro de 2015, na Assembléia Geral de Cotistas (“AGC”) realizada na sede da Administradora, a Gradual deu ciência aos cotistas acerca do relatório de avaliação de lastro dos direitos creditórios realizado pela EY. Nesta data, a Leme Investimentos Ltda. (“Gestora”) apresentou a opinião legal do escritório Bocater, Camargo, Costa e Silva Advogados, concluindo que os lastros do fundo são aptos e suficientes para assegurar a cobrança do crédito em uma eventual cobrança forçada, seja judicial ou extrajudicial. Na Assembléia, os cotistas decidiram por realizar uma nova auditoria por uma empresa de auditoria independente e que o fundo permanecesse suspenso para novas



aquisições e venda de direitos creditórios, sendo criado o Comitê de Monitoramento (“Comitê”). ” Nestes pontos, esclarecemos adicionalmente que a opinião legal do escritório Bocater, Camargo, Costa e Silva Advogados não elucidou quanto às principais dúvidas que os cotistas tinham em relação ao fundo, que eram: (1) admissibilidade dos tipos do crédito no fundo que poderiam obrigar um possível enquadramento em um FIDC Não Padronizado (não previsto na Resolução CMN 3.922/2010) e; (2) auditoria sobre a qualidade de crédito dos devedores do fundo. Ademais, o parecer legal emitido, sem questionar o mérito do mesmo, não tem caráter de auditoria conforme era o desejo dos cotistas. Principalmente em se tratando de um assunto de extrema importância para o fundo, mostrava-se necessário um processo de auditoria completa. Nesse sentido, de fato, os cotistas se viram motivados a solicitar uma nova auditoria por outra empresa de auditoria independente cujo escopo deveria contemplar: (1) avaliação de lastros no aspecto da formalização da cobrança; (2) admissibilidade dos créditos em um FIDC Padronizado e; (3) avaliação econômico-financeira dos cinco principais grupos devedores do fundo. “Em 16 de dezembro de 2015, os cotistas do fundo, em AGC, decidiram pela substituição do Custodiante Santander para a Gradual e solicitaram uma nova assembleia para fevereiro de 2016, onde deveria ser apresentada a conclusão do relatório da auditoria da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), empresa de auditoria contratada. ” No dia 24 de fevereiro de 2016 foi realizada uma assembleia geral de cotistas cuja pauta única era a apresentação do resultado da auditoria envolvendo a revisão dos aspectos operacionais da carteira de direitos creditórios do fundo. Par Engenharia Financeira Ltda. - CNPJ: 20.306.104/0007-36 Av. Nove de Julho, 5.569, 5º andar – São Paulo/SP – CEP 01407-200 Contato: (11) 3168.0053/ contato@parinvestimentos.com.br www.parinvestimentos.com.br p. 4 Conforme consta em ata da referida assembleia, o relatório foi entregue apenas na entrada dos cotistas no conclave, impossibilitando assim, uma análise prévia do mesmo para efeitos de possíveis questionamentos a serem realizados na própria assembleia. “Foi convocada pela Gestora uma reunião com o Comitê de Monitoramento para o dia 9 de março de 2016, onde a Gestora pretendia apresentar um plano de renegociação dos títulos da carteira. Entretanto, a reunião restou comprometida devido à ausência de todos os cotistas membros do referido Comitê. ” Conforme combinado na assembleia do dia 22 de setembro de 2015, o Comitê de Monitoramento criado iria acompanhar junto à Leme e Gradual todo o processo de auditoria sendo que também participariam das visitas aos principais devedores do fundo com o intuito de participar da diligência da avaliação econômico-financeira. Para surpresa de todos os cotistas, no dia 24 de fevereiro de 2016, quando foi apresentada a auditoria de lastro da carteira do fundo, foi informado que o Comitê de Monitoramento não fora chamado para acompanhar o processo de auditoria pois não haveria tempo hábil para essa organização e finalização do relatório de auditoria a tempo. Dessa forma, entende-se que o papel do Comitê de Monitoramento ficou prejudicado já que o mesmo fora aliado da participação no processo de avaliação econômico financeira, um dos principais escopos do processo de auditoria. Importante notar que somente foi convocada a reunião do Comitê de Monitoramento após a convocação da assembleia de cotistas que seria realizada no dia 15 de março cuja pauta era exatamente a substituição dos prestadores de serviços do fundo. “Em 24 de fevereiro de 2016, a KPMG apresentou resultado da auditoria de lastro da carteira do fundo. Nessa mesma AGC, a Gestora compartilhou com os cotistas sua preocupação acerca da rápida deterioração da qualidade da carteira, e alertou sobre a necessidade de se iniciar um processo de reestruturação e repactuação dos títulos. ” “O fato de estarem suspensas as operações do fundo desde meados de 2015, mantendo-se a suspensão por decisões tomadas pelos cotistas nas Assembleias realizadas durante o ano de 2015, levou ao desenquadramento da Razão de Garantia, uma vez que a relação



mínima entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores do Fundo é inferior à 105,26% (cento e cinco vírgula vinte e seis por cento), ou seja, Par Engenharia Financeira Ltda. - CNPJ: 20.306.104/0007-36 Av. Nove de Julho, 5.569, 5º andar – São Paulo/SP – CEP 01407-200 Contato: (11) 3168.0053/ contato@parinvestimentos.com.br www.parinvestimentos.com.br p. 5 as Cotas Subordinadas correspondem a menos de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.” Conforme vínhamos acompanhando através dos relatórios de rating, a cota subordinada não vinha tendo boa performance já há um bom tempo indicando eventos de inadimplência no fundo. Ao fim do 1º trimestre de 2014, as cotas subordinadas eram de apenas 2,79% do PL do fundo e, de acordo com o último relatório de rating disponível, emitido em 29 de outubro de 2015, as cotas subordinadas estavam em apenas 2,00% do PL do fundo. Portanto, essas informações rechaçam o fato da Leme estar preocupada com a situação da qualidade da carteira apenas em 2016, já que o fundo sempre apresentou dificuldade conforme demonstrado pela performance da cota subordinada e como pode ser observado pela quantidade de repactuações que houveram nos ativos componentes do fundo. Conforme relatório de rating da SR Rating com data-base de maio/2014, ao fim do 1º trimestre de 2014, a subordinação era de apenas 2,79% do Patrimônio Líquido do Fundo, sendo que a média dessa relação para o mesmo trimestre foi de apenas 4% já descumprindo a Razão de Garantia. Isso obviamente não se relaciona com o fato de estarem suspensas as operações do fundo em meados de 2015 conforme o comunicado quer levar a crer. Em outras palavras, antes das operações estarem suspensas por conta da renúncia do custodiante do fundo, o fundo já havia descumprido o nível mínima de subordinação mínima mesmo estando operando normalmente. “Em 15 de março de 2016, foi realizada nova AGC na sede da Administradora, na qual a maioria dos cotistas votou pela mudança de todos os prestadores de serviço e manutenção da suspensão das operações do fundo. Com isso, o processo de reestruturação proposto pela Gestora não avançou, o que prejudicou significativamente desempenho da carteira. ” “A combinação de forte deterioração do mercado de crédito com o impedimento de se repactuar dívidas, levou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a questionar a Administradora quanto à necessidade de se aumentar a Provisão para Devedores Duvidosos (“PDD”). Até então, a Administradora havia informado à CVM que estava aguardando a conclusão de auditoria de lastro, o que ocorreu no final de fevereiro de 2016, bem como a definição dos cotistas acerca da reestruturação da carteira, para definição do valor a ser provisionado. ” “Em 27 de abril de 2016, a pedido da nova Administradora e Custodiante, Elite Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários, os cotistas foram Par Engenharia Financeira Ltda. - CNPJ: 20.306.104/0007-36 Av. Nove de Julho, 5.569, 5º andar – São Paulo/SP – CEP 01407-200 Contato: (11) 3168.0053/ contato@parinvestimentos.com.br www.parinvestimentos.com.br p. 6 informados de que a transferência do fundo não aconteceria em 29 de abril de 2016, como planejado inicialmente, sendo postergada para o dia 1 de junho de 2016. ” “Com o adiamento por mais um mês de qualquer possibilidade de repactuação dos títulos, a CVM exigiu uma postura mais assertiva da administradora com relação ao nível do “PDD”, o que obrigou a Gradual, ainda na administração e custódia do fundo, a aplicar o efeito vagão, como previsto no Capítulo III da Instrução CVM nº 489/2011. ” A troca dos prestadores de serviço do fundo foi aprovada em assembléia geral de cotistas do dia 15 de março de 2016 após relatos de quebra de confiança por parte dos mesmos em relação à transparência no exercício de suas funções. Todos os fatos descritos indicam a falta de comunicação por parte da Leme e Gradual em relação à Fatos Relevantes do fundo tais como a situação de crédito dos devedores do fundo, o descumprimento do regulamento em relação à Razão de Garantia, à omissão em relação à renúncia do Santander como custodiante do fundo e quanto à falta de esclarecimentos, em tempo, quanto à admissibilidade e validade dos



créditos e dos lastros correspondentes no fundo. Como consideração final, é importante notar que o grande nível de provisão realizada no mês de abril/2016, afinal, não pode ser atribuído a ações dos cotistas, do Comitê de Monitoramento e da Elite como o comunicado quer fazer levar a crer. ESCLARECIMENTOS A SEREM SOLICITADOS À GRADUAL

1. Conforme a própria Gradual a renúncia do Santander como custodiante do fundo causou a suspensão de todas as operações do fundo e prejudicou os cotistas. Explicar os motivos para não ter comunicado aos cotistas, em tempo, quando o Santander enviou carta de renúncia diante da grande relevância do fato.

2. A Gradual nunca se pronunciou em relação à admissibilidade dos créditos do fundo, quanto ao seu enquadramento em um FIDC Padronizado, dado a grande quantidade de operações com Notas Promissórias. Qual o posicionamento da Gradual em relação a esse assunto?

3. A Gradual alega que pelo fato de estarem suspensas as operações do fundo desde meados de 2015 isso levou ao desenquadramento da Razão de Garantia. Conforme relatório de rating da SR Rating com data-base de maio/2014, ao fim do 1º trimestre de 2014, a subordinação era de apenas 2,79% do Patrimônio Líquido do Fundo, sendo que a média dessa relação para o mesmo trimestre foi de apenas 4%. No relatório de rating de data-base de outubro/2014, menciona-se que as cotas subordinadas ao fim do 3º trimestre de 2014 era de apenas 4,1% do Patrimônio Par Engenharia Financeira Ltda. - CNPJ: 20.306.104/0007-36 Av. Nove de Julho, 5.569, 5º andar – São Paulo/SP – CEP 01407-200 Contato: (11) 3168.0053/ contato@parinvestimentos.com.br www.parinvestimentos.com.br p. 7

Líquido do Fundo, mantendo-se a média da relação para o trimestre também em apenas 4%. Segundo regulamento do fundo em vigência na época (data-base: 11/jul/2013) no Artigo 48, Parágrafo 1º, na hipótese de inobservância do percentual mencionado deveriam ser adotados os seguintes procedimentos: (i) interrupção de aquisição de novos Direitos de Crédito; (ii) noticiar e solicitar aos cotistas subordinados o restabelecimento da relação mínima dentro de um prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da comunicação; (iii) em caso do não restabelecimento do nível mínimo de subordinação, deveria convocar Assembléia Geral de Cotistas. Quais os motivos da Gradual não ter cumprido com o regulamento quanto à observância da Razão de Garantia do fundo?

4. A Gradual alega que a provisão realizada é em decorrência do adiamento de qualquer possibilidade de repactuação dos títulos. Conforme Informe Mensal da CVM, com data-base de março/2016, o fundo possui 100% de seus direitos de crédito como “créditos a vencer com parcelas inadimplentes”. Tal situação já não deveria ter sido precificada de forma conservadora ao longo do tempo dado que, aparentemente, todos os devedores se encontram em situação de inadimplência? Quantas repactuações já foram realizadas para cada emissor do fundo? EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO FUNDO

Conforme menciona o comunicado enviado pela Gradual, a Elite e a Bridge, os novos prestadores de serviços do fundo, irão assumir operacionalmente a gestão do fundo no dia 01 de junho de 2016. O trabalho dos mesmos vai se basear em um trabalho de recuperação de crédito visto que a inadimplência atinge a totalidade dos devedores do fundo. A recuperação de crédito envolve algumas fases como, por exemplo, renegociações de carência e prazos e a possível colocação de garantias adicionais. O objetivo é, dentro de um contexto realizável, que eventualmente se chegue a repactuações que tragam valor aos cotistas. Por fim, pode ser que seja necessário que o fundo entre com ações de execução judicial contra os devedores do fundo para poder reaver os valores emprestados. Resta aos cotistas, a partir do presente momento, monitorar e cobrar ações dos atuais prestadores de serviço do fundo, a Elite e Bridge, na atuação em relação à recuperação de crédito. Par Engenharia Financeira Ltda. - CNPJ: 20.306.104/0007-36 Av. Nove de Julho, 5.569, 5º andar – São Paulo/SP – CEP 01407-200 Contato: (11) 3168.0053/ contato@parinvestimentos.com.br www.parinvestimentos.com.br p. 8

Caso essa recuperação de crédito seja bem-sucedida,



parte da provisão poderá ser revertida, não sendo possível, porém, estimar um prazo para que isso ocorra devido à natureza inerente aos processos de renegociação e execução judicial.

PAR ENGENHARIA.

A Presidente informou a todos do Conselho Administrativo que o saldo do fundo era R\$ 433.648,67 no mês de março 2016 e sua rentabilidade em Abril foi ( 172.014,21) **negativo** ,ficando a carteira com saldo de R\$ 261.634,55.

**Aparecida Gino, Diretora-Presidente deu por encerrada a sessão desta reunião, que, após lida e aprovada, segue devidamente assinada por todos os presentes.**

Sr.<sup>a</sup> Aparecida Gino

Sr. Marco Antonio Franco da Silva

Vera Darci Lala Teixeira

Silvana Alves de Souza Lopes

SR. Cleber de Jesus Mendes

Sra. Elaine Cristina Pires de Campos

